



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEMAD/ASSOC - SE.CERH - Assessoria de Órgãos Colegiados - CERH/MG

CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)

ATA DA 19ª REUNIÃO, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2026

Em 12 de junho de 2026, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica Especializada de Planejamento (CTEP) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: a presidente Wanderlene Ferreira Nacif, representante da SEMAD; Representantes do poder público estadual: Raquel Carleial Guzella, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Laís Ione Araújo Fagundes, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Vitor Takahashi Rosa, da Secretaria de Estado de Governo (Segov). Representantes do poder público municipal: Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Representantes dos usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Gabriele Souza Fernandes Moreira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Representantes da sociedade civil: Ana Paula Randazzo Baroni Valadares, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Assuntos em pauta. **1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente Wanderlene Ferreira Nacif declarou aberta a 19ª reunião da Câmara Técnica Especializada de Planejamento. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu comunico que o Comitê Nascentes do Rio Grande vai dar entrada num projeto muito importante hoje junto ao Comitê Gestor. O projeto é o Rio das Mortes Vivo. Talvez seja o afluente que mais contribui em sedimentos na cabeceira da bacia do Grande. Então, por uma questão de planejamento estratégico, esse projeto é realmente muito importante para toda a bacia. Como é uma Câmara Técnica de Planejamento, eu gostaria de pedir, caso os senhores tivessem acesso a algum conselheiro do CPR Furnas, do Comitê Gestor, que sugerissem a esses contatos uma apreciação desse projeto para deferimento.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DAS ATAS DA 17ª E DA 18ª REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 17ª e da 18ª reuniões da Câmara Técnica Especializada de Planejamento, realizadas nos dias 6 e 12 de dezembro de 2024, respectivamente. Votos favoráveis: Seapa, Segov, Prefeitura de Lavras, Faemg, Promutuca, Abes e UFU. Abstenção: Fiemg. Ausências: Sede, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Mantena e Cemig. Justificativa de abstenção. Conselheira Gabriele Souza Fernandes Moreira/Fiemg: “Abstenção em relação às atas, tendo em vista que eu não estava presente nas reuniões.” **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E APROVAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CERH-MG.** **6.1) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que revoga a Deliberação Normativa CERH-MG nº 67, de 11 de dezembro de 2020. SEI/Nº 2240.01.0000597/2026-82.** Responsável: Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa (IGAM/GECBH). Minuta de Deliberação Normativa aprovada por maioria, nos termos apresentados pelo IGAM. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Prefeitura de Lavras, Cemig, Faemg, Fiemg, Promutuca e Abes. Voto contrário: UFU. Ausências: Prefeitura de Rio Pomba e Prefeitura de Mantena. Justificativa de voto contrário. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Vou votar contrário por achar imprudente a retirada de um instrumento de controle sem a apresentação do substitutivo, apesar de compreender as manifestações e as intenções dadas pelo IGAM.” Proposta de discussão de nova regulamentação. Conselheira Ana Paula Randazzo Baroni Valadares/Promutuca: “Eu estou aprovando, uma vez que foram colocados os motivos. Mas concordo com o Sylvio e coloquei meu posicionamento, o seguinte: o controle é sempre importante. Estamos entendendo que não está fazendo efeito. Então, ter um controle que não funciona, não está fazendo efeito e que ninguém está olhando também não faz sentido. Mas eu acho que sempre temos que ter mais controles. Às vezes esse não está servindo, colocamos outro no local. Só deixando aqui minha informação de que talvez nas próximas reuniões apresente um outro controle que possa englobar esse de uma forma melhor para ter mais controle do processo.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu entendo que as manifestações para que seja instalado um processo de rediscussão já ocorreram. Então eu quero saber se, a partir disso, a Câmara instalará esse processo ou não; ou há necessidade de formalizar isso, de trazer isso. Porque a manifestação na Câmara por parte de um conselheiro já ocorreu.” Presidente Wanderlene Ferreira Nacif: “Nós já colocamos que o ambiente para fazer essa discussão é aqui no âmbito da Câmara Técnica mesmo, já que não temos mais os grupos de trabalho.” Maria de Lourdes Amaral Nascimento/IGAM: “Eu quero reiterar que vai entrar como uma ação do Plano Estadual de Recursos Hídricos avaliarmos esses indicadores e toda essa questão. Eu creio que talvez possamos esperar o plano de ação e a finalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos para começarmos a discutir essa questão, porque ele também vai trazer outros indicadores.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “É muito importante reforçar que a Câmara atua sob indução, seja do IGAM ou dos conselheiros. Se é o interesse dos conselheiros, o que chegar de proposição de discussão de item deliberativo será absorvido dentro das discussões das reuniões já programadas, mensalmente, até o final do ano. Então não vejo prejuízo de que o assunto de construção de um novo instrumento de avaliação retorne à pauta, chegando instigação pelos conselheiros. Nós estaremos disponíveis para apoiar a discussão e o debate.” Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Eu acho que o professor Sylvio tem toda a razão. Eu tinha entendido, com essa proposição dele, que nós mais tarde teríamos uma minuta a ser proposta pelo IGAM. Porque nós do Conselho propormos e fazemos uma minuta eu acho muito complicado. Já que estão com o plano diretor quase em fase de conclusão, eu acho que poderia vir uma minuta para nós discutirmos. Eu acho muito difícil um conselheiro fazer uma minuta e colocar para a discussão.” Presidente Wanderlene Ferreira Nacif: “Eu estou entendendo que a proposta é que a discussão ocorra no âmbito da CTEP. E teria a contribuição de todos para construção de um instrumento que seja eficiente nessa avaliação. A Maria de Lourdes já colocou a questão dos indicadores do Plano Estadual de Recursos Hídricos, então caberia, como sugestão dela, esperar essa conclusão dos indicadores para que essa discussão então viesse a ser construída em cima da proposta do Plano Estadual. Caso contrário, eu entendo que as proposições poderiam vir por parte dos próprios membros da Câmara Técnica para que fosse possível construir uma proposta que atendesse a todos. Não é uma proposta fácil de ser construída, tanto que na tentativa feita chegou-se à conclusão e que não estava sendo eficiente. Então eu acredito que tenha que ser, de fato, um trabalho conjunto.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Senhora presidente, a provocação eu já fiz. Eu quero saber se será pautado.” Presidente Wanderlene Ferreira Nacif: “A solicitação de sugestão de pauta é encaminhada a todos os conselheiros. Nesse sentido, professor, basta fazer a indicação da próxima reunião, e o item pode ser discutido.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Havendo a inserção na pauta, o IGAM se disponibiliza totalmente a participar e contribuir. Porém, hoje o IGAM vê como prematuro propor um novo instrumento. Caso já houvesse essa possibilidade, já seria trazido até por uma revogação e substituição de instrumentos, haja vista as ações do Plano, os novos contratos de gestão, que já trazem algumas ações que estamos focados em aprimorar. Mas, havendo a pauta, por indução dos conselheiros, estamos à disposição.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu me manifestei solicitando que seja pautada na Câmara Técnica a discussão dos instrumentos que poderão ou não substituir o que foi revogado hoje. Eu já fiz a indicação da solicitação de pauta. O material é o parecer técnico feito pelo próprio IGAM, que é um excelente início de discussão.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Nós participaremos da reunião de forma contributiva tecnicamente, até porque o conselheiro menciona como subsídio para essa discussão um parecer por nós emitido. E ficamos no aguardo de quaisquer materiais adicionais que possam contribuir para a construção do ato em si. Na próxima reunião, estamos disponíveis, não vemos problema em ter a próxima

reunião da CTEP, no mês de julho, com esse tema em pauta. Contudo, se possível, que houvesse fatos novos para a construção de algo que se conforme num instrumento avaliativo.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Em momento algum eu solicitei que o IGAM trouxesse uma nova proposta normativa. Eu só solicitei a abertura da discussão exatamente para fazermos uma avaliação daquilo que existe já no relatório, sobre o que é possível, o que é devido, para que a Câmara Técnica tenha conhecimento do que é possível de ser feito. Acho que a contribuição, a partir da possibilidade da inclusão de alguma coisa no Plano Estadual, é interessante e tem que ser acompanhada, mas isso é mais um elemento para ser discutido. Em momento algum eu solicitei ao IGAM que trouxesse uma nova proposta, porque pode ser que nas próprias discussões da Câmara Técnica não saia a necessidade de uma nova proposta. Mas creio que esta Câmara é que deve tomar essa decisão, para poder subsidiar o próprio Conselho Estadual.” **7) APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO MARCO ZERO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS 2026/2045. Responsável: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM).** Allan Mota e Nádia Santos, do IGAM, fizeram apresentação do Relatório Marco Zero do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais 2026/2045. **8) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO PARA O ANO DE 2026. Responsável: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da CTEP para o ano de 2026 conforme proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov, Prefeitura de Lavras, Cemig, Faemg, Fiemg, Promutuca, Abes e UFU. Ausências: Prefeitura de Rio Pomba e Prefeitura de Mantena. **9) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu queria fazer a minha contribuição em três momentos. O primeiro seria sugestão de pauta, uma vez que esta Câmara Técnica funciona por indução à construção e subsídio técnico ao Conselho Estadual. Eu já venho citando a questão de capacitação há muito tempo. Essa questão da capacitação realmente está funcionando, o que, inclusive, podemos observar nos apontamentos do Progestão. Essa questão da capacitação é muito pertinente, e precisa continuar com ela. Outra sugestão de pauta para uma Câmara Técnica de Planejamento seria com relação aos municípios, talvez o segmento mais ausente nos Comitês. A sugestão seria atuar com funcionários públicos de carreira municipal para ter uma continuidade nos trabalhos do segmento do poder público municipal. Inclusive, a capacitação deveria ser direcionada, especificamente, para funcionários de carreira dos municípios. O segmento poder público municipal talvez seja o que vai fazer diferença na gestão hídrica. O outro ponto de pauta que eu queria colocar é que tenho visto investimentos externos ao Comitê em áreas prioritárias, pautados em parâmetros topográficos. A indução desse próximo ponto de pauta seria que fizéssemos essa prioridade de áreas prioritárias baseada no enquadramento de corpos hídricos. Regiões de classe 3 e classe 4 seriam talvez prioridade. Lincar essa definição de áreas prioritárias ao enquadramento de corpos hídricos. Agora, sobre o Projeto Rio das Mortes Vivo, se tratarmos a bacia hidrográfica da nascente para a foz, no sentido do fluxo da água, vamos ter um benefício em toda a bacia. Então eu queria registrar que foi aprovado um projeto numa região a jusante que não foi estrategicamente bem situada pelo Comitê Gestor. Eu estou questionando aqui a estratégia de investir no Comitê do Entorno do Lago de Furnas, sendo que o volume médio anual do CBH Nascentes é 5,7 vezes maior que o GD3, que o CBH Nascentes, inclusive o rio das Mortes, que está a montante. Nós temos um contingente populacional duas vezes maior que a Circunscrição a jusante. Dentro do CBH Nascentes, inclusive, o rio das Mortes contribui com 40% do volume da Usina do Funil. No CBH Nascentes, nós temos quatro hidrelétricas: UHE Funil, UHE Camargos, UHE Itutinga; e também contribuímos com maior volume para a UHE Furnas. Ou seja, houve um investimento numa região a jusante, sendo que a região a montante é que talvez tenha uma maior contribuição e talvez a maior importância na qualidade desses reservatórios. Essas quatro usinas que estão a montante do CBH do Entorno do Lago de Furnas, somadas, têm um potencial instalado de 1.494 MW. Esta é uma Câmara Técnica de Planejamento, que funciona por indução, e estou registrando aqui a minha intenção de mostrar que o planejamento estratégico do investimento desse recurso tão importante pode ser melhorado. O GD3 tem uma importância muito relevante, só que a represa de Furnas é dividida em dois braços: o braço do Sapucaí e o braço do Rio Grande. O braço do Sapucaí contribui em 30% de volume de água. O braço do grande contribui com 70%. Eu acho que esse investimento, essa questão política, a condução, não foi o planejamento mais adequado para a bacia. O terceiro ponto é sobre a reunião presencial com a integração de todos os Comitês. É muito louvável a iniciativa de reunir presencialmente, só que reuniões virtuais são mais organizadas. As reuniões presenciais têm uma certa dispersão. Eu ouvi duas frases na reunião presencial que realmente me conduziram a externá-las aqui. Foi dito que ‘tudo é política’. E eu discordo no que tange aos recursos hídricos. A política é uma forma de sanear os fatores naturais. Recursos hídricos tem a ver com variáveis de hidrologia, meteorologia, volume, qualidade de água, solubilidade e contingente humano. E foi colocado nessa reunião que ‘tudo é política’. Eu fiquei realmente em dúvida da precisão dessa frase. Uma outra frase foi que as turbinas funcionam com água suja ou limpa. Eu achei uma falta de compromisso com qualidade. Estou externando isso para vocês em uma Câmara Técnica muito qualificada, muito séria. Existem fatos naturais e essas variáveis que eu coloquei, como a solubilidade. A política vem para tentar aferir esses fatos. Então tudo não é política. E as turbinas funcionam com água suja ou água limpa? Se as turbinas funcionarem com água limpa, todo o bioma, toda a região tem um ganho com isso. E essa questão do Projeto Rio das Mortes Vivo é porque talvez seja o afluente que insere maior volume de sedimentos, junto com o rio Capivari. Isso que estou dizendo eu queria enquadrar nessa questão de maturidade institucional e governança. E só mais uma situação relacionada à reunião presencial é que foi colocado que os municípios são um pouco ausentes. E alguém sugeriu que o representante deveria ser o prefeito. Em parte, eu concordo, mas os chefes das instituições não atendem todos os setores pessoalmente. Aí vem a questão da representação. Se seguirmos nessa linha sugerida, a Fiemg, por exemplo, deveria ser representada pelo presidente; a Faemg também deveria ser representada pelo presidente. Então essa situação da capacitação dos funcionários efetivos municipais vai proporcionar mais qualidade. Eu queria só concluir a minha contribuição. Gastei um tempinho para fazer um pequeno texto, que eu gostaria de colocar aqui: ‘A realidade científica independe do consenso político ou de vontades ideológicas. A ciência é superior à política para descobrir fatos sobre os elementos terrestres e externos a este planeta. A política é indispensável para decidir como uma comunidade deve agir diante desses fatos. A aprovação de uma lei não pode alterar as leis da natureza, resolver problemas de saúde, biológicos ou modificar fatos matemáticos.’ É uma Câmara Técnica de Planejamento, e nós temos maturidade institucional e governança. Na questão do Projeto Rio das Mortes Vivo, eu pedi o apoio dos senhores, caso conheçam algum ministro, alguém do Comitê Gestor, é porque nós estamos buscando recursos, fora o recurso da Cobrança, para investir no Comitê e ter o resultado na bacia como um todo.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu queria fazer um agradecimento à Sabrina Nascimento não só pelo auxílio que ela me deu hoje, porque eu tive uma dificuldade muito grande com o equipamento de informática, e ela prontamente me auxiliou; consegui participar da reunião graças a isso. Mas agradecer o contumaz auxílio por parte do corpo técnico do IGAM, desta secretaria, que sempre esteve disponível para nos auxiliar enquanto conselheiros, não só aqui na Câmara Técnica, mas também no Conselho Estadual. Então eu queria externar isso e cumprimentar também o Allan e a Nádia. E em nome deles cumprimentar toda a equipe, que eu sei que está trabalhando bastante para a apresentação de um Plano Estadual de Recursos Hídricos.” Conselheira Ana Paula Randazzo Baroni Valadares/Promutuca: “Eu gostaria de agradecer também a Sabrina e estender à Vânia, uma pessoa espetacular e que sempre nos dá apoio. E queria dizer que gostei muito da reunião de hoje. Eu acho que são importantes essas discussões, importante conseguirmos colaborar na forma de ter uma efetividade dentro dos processos. Eu acho que esse é o objetivo dessa equipe técnica. Gostei muito das sugestões que foram colocadas. Acho que a reunião foi muito produtiva. E agradecer a todo o corpo técnico, extensivo aos conselheiros também.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu queria discordar do meu amigo Gustavo. Presencialmente, as reuniões do Conselho eram sempre um diálogo muito legal. Para mim, particularmente, era muito importante a relação pessoal. Mas é um prazer rever os amigos. E eu acho que a oportunidade, às vezes, de tomar um cafezinho no meio da reunião ou após é uma coisa que construiu alguns laços que auxiliavam muito no encaminhamento das questões tanto na Câmara Técnica quanto no Conselho Estadual.” Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu entendo essa questão do presencial, só que as reuniões virtuais são mais seguras, mais organizadas. Entendo que são questões diferentes e que o presencial é bem importante, não tenha dúvida.” Conselheira Ana Paula Randazzo Baroni Valadares/Promutuca: “Eu acho que é mais segura, mais controlada mesmo e mais efetiva a reunião virtual, mas também faz falta a reunião presencial. Nesse sentido, eu queria sugerir que continuemos pelo virtual, mas que eventualmente, de três em três meses, façamos uma reunião presencial.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Wanderlene Ferreira Nacif agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Thiago Figueiredo Santana
Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento do



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Figueiredo Santana, Diretor (a)**, em 03/07/2026, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **143641369** e o código CRC **54F18579**.

Referência: Processo nº 1370.01.0015485/2026-36

SEI nº 143641369